



» Entrevista | MAHMOOD AMIRY-MOGHADDAM | DIRETOR DA ONG IRAN HUMAN RIGHTS

O ativista dos direitos humanos denuncia o aumento de execuções pelo regime iraniano, critica a falta de transparência e cobra condenação internacional. Só ontem, 10 pessoas que estavam presas foram enforcadas, incluindo duas mulheres

"Maior perigo é o silêncio"

» ISABELLA ALMEIDA
» MARINA RODRIGUES

Marcando o momento em que a República Islâmica intensifica a aplicação da pena de morte com fins políticos, 10 pessoas, incluindo duas mulheres, foram enforcadas ontem, no Irã, conforme relato da ONG Iran Human Rights (IHR), sediada na Noruega. Parvin Musavi, de 53 anos, mãe de dois, foi executada na prisão de Urmia, no noroeste do país, junto a cinco homens, todos condenados por tráfico de drogas, segundo comunicado da IHR.

Em Nishapur, no leste, uma mulher de 27 anos, identificada como Fatemeh Abdulahi, foi enforcada por assassinar seu marido — que também era seu primo. A IHR informou que houve uma aceleração das mortes após o fim do ano-novo persa e do Ramadã, em abril. O número de execuções neste ano já chegou a 223, com pelo menos 50 ocorridas em maio. Em entrevista ao *Correio*, Mahmood Amiry-Moghaddam, 53 anos, diretor da ONG Iran Human Rights, falou sobre a atual situação no país e suas perspectivas em relação ao assunto.

Quantas execuções ocorreram pela República Islâmica neste mês e como o senhor vê essa onda de enforcamentos?

Além das execuções deste sábado, desde 17 de abril, pelo menos 118 pessoas foram executadas. Mais de 70 delas por conta de acusações relacionadas a entorpecentes. O número tem sido alto ao longo do último ano, até fevereiro de 2024, quando houve eleições parlamentares no Irã. Depois disso, tivemos os feriados de ano-novo iraniano e o mês sagrado do Ramadã, quando o número de mortes é costumeiramente baixo. Em um mês, as execuções começaram a aumentar rapidamente. Estamos muito preocupados.

O mundo tem sido negligente ou omissivo em não abordar essa questão de direitos humanos?

Apesar das execuções diárias, que chegam a três ou quatro, ao longo do último mês, não temos visto nenhuma reação internacional forte, especialmente de países que respeitam os princípios dos direitos humanos e que

mantêm relações diplomáticas com a República Islâmica. Mas é muito importante que esses países se pronunciem. A ONU não tem mostrado nenhuma reação, completo silêncio. Isso não é aceitável. Parece que toda a atenção tem sido voltada para o papel do Irã no Oriente Médio e sua tensão com Israel. No entanto, o que a República Islâmica tem feito com sua própria gente não tem recebido atenção.

Que ações são mais eficientes para atrair o foco sobre o país e combater esses abusos?

Toda execução no Irã é política. O maior perigo é o silêncio que testemunhamos agora. Declarações públicas simbólicas não podem ser eficientes. Qualquer coisa que aborde o custo político das execuções pode ajudar. Isso pode vir por meio de protestos verbais, declarações públicas, da convocação de embaixadores iranianos pelo Ministério das Relações Exteriores; da comunicação por parte de países que tenham relações

Arquivo pessoal



diplomáticas com o Irã. Todas as execuções no país devem ter a atenção permanente da comunidade internacional. O que pode ser feito, ainda, é que o escritório da ONU para Drogas e Crimes, que coopera com a República Islâmica, pode protestar contra as execuções de infratores pegos com drogas. Todos os dias, uma ou duas pessoas são enforcadas no Irã por esses crimes.

A maior taxa de enforcamentos de mulheres entre os países ainda é no Irã?

Até agora, as autoridades executaram cerca de 250 pessoas. Dessas, aproximadamente 10 mulheres. O Irã é o maior executor de mulheres no mundo, e tem sido assim nos últimos 10 a 15 anos. Em geral, o Irã também é o maior executor per capita entre os países, embora não saibamos o que acontece na China.

Apesar das execuções diárias, que chegam a três ou quatro, ao longo do último mês, não temos visto nenhuma reação internacional forte"

Nós, que vivemos em nações democráticas, podemos pedir às autoridades e aos congressistas para levantarem suas vozes. Não podemos tolerar"

Quais as implicações dessas penas para o movimento pelos direitos das mulheres iranianas?

A pena de morte é o instrumento mais forte do regime para criar medo na sociedade. A mensagem que enviam para as mulheres é que "nós temos o poder de matar, estamos desejosos de matar e nós mataremos". Em abril, o número de mulheres executadas também aumentou. Seis mulheres foram mortas neste mês. Não

me recorde de nenhum período, nos últimos anos, em que seis mulheres foram mortas em um mês. Então o objetivo é semear o medo entre as pessoas, impedindo-as de protestar.

Em 2023, o Irã realizou o maior número de enforcamentos desde 2015. Há transparência por parte do Judiciário?

As autoridades iranianas anunciaram apenas 10% a 15% de todas as execuções, sendo o restante confirmado por fontes independentes, como a Iran Human Rights. Portanto, o número real é, provavelmente, muito maior do que o publicado. Certamente, as autoridades iranianas divulgaram apenas uma pequena parte das execuções realizadas. No Judiciário iraniano, não há Estado de Direito nem responsabilidade, o que impede qualquer expectativa de completa transparência.

De que maneira cidadãos comuns de todo o mundo podem lutar contra essas violações dos direitos humanos?

Acho que cada cidadão, de qualquer lugar do planeta, pode levantar a voz contra essas execuções no Irã. Se você vive no Brasil, pode escrever sobre isso em suas redes sociais, pode condenar isso compartilhando as histórias dos executados. Também pode pedir ao seu governo para que reaja a essas execuções. O mesmo vale para todos os outros países. Nós, que vivemos em nações democráticas, podemos pedir às nossas autoridades e aos congressistas para levantarem suas vozes. Não podemos tolerar execuções de duas ou três pessoas todos os dias em um país-membro pleno da ONU.

Leia a íntegra da entrevista em www.correio braziliense.com.br.

FAIXA DE GAZA

Netanyahu sob ameaça

Benny Gantz, membro do gabinete de guerra de Israel, declarou ontem que renunciará, a menos que o primeiro-ministro Benjamin Netanyahu aprove um plano pós-guerra para a Faixa de Gaza. Gantz afirmou que, até 8 de junho, o gabinete deve formular e aprovar um plano de ação que contemple seis objetivos estratégicos de

importância nacional, ou ele e seu partido serão forçados a renunciar ao governo. Estão entre os focos: derrubar o Hamas, garantir o controle da segurança israelense sobre o território palestino e assegurar o retorno dos reféns israelenses.

Netanyahu respondeu à ameaça de Gantz, chamando suas exigências de "palavras vazias" que

significariam o fim da guerra, uma derrota para Israel, o abandono da maioria dos reféns e o estabelecimento de um Estado palestino.

Gantz também propôs manter o controle de segurança israelense e estabelecer uma administração conjunta americana, europeia, árabe e palestina para gerenciar os assuntos civis na Faixa de Gaza, criando bases para uma alternativa futura que não incluía nem o Hamas nem Mahmoud Abbas, presidente da Autoridade Palestina. Ele pediu

ainda a normalização dos laços com a Arábia Saudita como parte de um movimento para criar uma aliança com o mundo livre e o mundo árabe contra o Irã e seus aliados.

O Exército israelense ataca o território palestino há mais de sete meses, mas surgiram grandes divisões no gabinete de guerra israelense recentemente, após os combates do Hamas se reagruparem no norte de Gaza, onde Israel havia declarado anteriormente que o grupo havia sido neutralizado.

AFP



Fumaça sobe após bombardeio israelense em Jabalia e Rafah ontem

Paulo Delgado



contato@paulodelgado.com.br

POLÍTICA A BOMBORDO NA INGLATERRA

Após 14 anos ininterruptos de controle do Partido Conservador sobre o governo britânico, os ventos da política sopram à esquerda sobre a Ilha de Albion. As eleições municipais realizadas no início de maio foram uma primeira concretização do prenúncio de que os humores dos eleitores britânicos não estão favorecendo os conservadores.

O Partido Trabalhista saiu como maior vencedor das eleições municipais, conquistando as prefeituras de Londres e de Manchester, as duas maiores áreas metropolitanas do país. A primeira sendo o principal centro urbano do sul da Inglaterra e a segunda, o principal centro urbano do norte inglês.

Os trabalhistas ainda conquistaram a região central da Inglaterra, com a terceira maior região metropolitana do país. Foi justamente essa a maior surpresa da eleição. A vitória trabalhista para a prefeitura da região de West Midlands. Uma região cuja maior cidade

é Birmingham e a mais culturalmente famosa é a pequena Stratford-upon-Avon, local de nascimento de William Shakespeare, o mais vasto e criativo escritor de todos os tempos.

Seja para onde se olhar, foi uma lavada. Hoje, o Partido Trabalhista, que ainda é o partido de oposição em Westminster, sede do governo central britânico, governa 11 das 12 áreas metropolitanas que elegem diretamente seus prefeitos. Só sobrou uma para os conservadores, e uma não entre as principais.

Como o Reino Unido é um Estado unitário com tradição de gestão local liderada por conselhos, historicamente o cargo de prefeito era majoritariamente cerimonial e decidido pelo voto dos conselheiros, esses sim, eleitos diretamente. De uns tempos para cá, com o processo político inglês de "devolução" do poder do governo central para as localidades, a figura do prefeito eleito diretamente entrou na moda e

se vestiu de significativo poder. Mesmo assim, existem apenas outros 13 prefeitos eleitos diretamente para além dos 12 das áreas metropolitanas. De todo modo, essas prefeituras eleitas diretamente estão preponderantemente trabalhistas. Diferente do que se passa no governo central.

Desde quando Ramsay MacDonald assumiu nos anos 1920 como o primeiro-ministro inaugural do Partido Trabalhista, o partido da rosa vermelha teve apenas seis primeiros-ministros. É pouco, considerando que, desde aquela época, os trabalhistas se mantiveram como um dos dois maiores partidos políticos do país. E o Partido Conservador, por sua vez, maior força política do país, dos anos 1920 para cá teve 15 primeiros-ministros.

A derrota dos Tories, como são chamados os conservadores, caiu no colo do primeiro-ministro Rishi Sunak. Em tal situação de patente rejeição popular, normalmente emergiria um

contendor de dentro do Partido Conservador para desafiar a liderança de Sunak e reanimar o partido. Entretanto, não é o que se vê. Sobram apenas desânimo e consternação entre os Tories, que terão que enfrentar uma eleição nacional dentro dos próximos meses. Todos os políticos com chance de se tornarem líderes dos Tories querem que o anunciado fiasco nas próximas eleições siga no colo de Sunak. Para só então, depois de passada a tempestade, se aventurarem a disputar a liderança do partido.

Pela lei britânica, no mais tardar em 28 de janeiro de 2025, ocorrerá a eleição para as 650 cadeiras da Câmara dos Comuns do Reino Unido. O partido que obtiver a maioria dos assentos — levada em consideração eventual necessidade de se construir uma coalizão para formar tal maioria — indica o primeiro-ministro. Dados os rumos dos ventos atuais, a cara da vez é Keir Starmer, líder do Partido Trabalhista. Quando indagados em março se "Starmer se tornará primeiro-ministro em algum momento", 66% dos

entrevistados britânicos responderam que, "provavelmente, sim".

E, talvez, ainda esse ano. Afinal, a maioria dos observadores acredita que a eleição se dará no segundo semestre de 2024. O fato é que a eleição pode ser convocada e marcada para qualquer data que o primeiro-ministro julgar conveniente, respeitado o prazo-limite de 28 janeiro de 2025. De toda forma, hoje, os trabalhistas, que lideram as pesquisas desde 2021, têm uma vantagem de 20 pontos percentuais à frente dos conservadores nas pesquisas para a eleição nacional. E a distância de 20 pontos mantém-se estável desde o final de 2022.

Adequado aos tempos instáveis atuais, Starmer levou seu partido ao centro moderado desde que assumiu sua liderança, alijando correntes mais à esquerda do trabalhismo. Seu foco está em vencer as eleições e governar com mais eficiência do que os governos recentes. Os ventos a bombordo sopram a favor.

PAULO DELGADO, sociólogo